



Quebrando as correntes: a produção do conhecimento em face a outras epistemologias

Breaking the chains: the
production of knowledge in
the face of other
epistemologies

Cynthia Carvalho Martins

Antropóloga, poeta. Graduada em Ciências Sociais (UFMA); mestrado em Políticas Públicas (UFMA) e doutorado em Antropologia (UFF). Atualmente é professora do Departamento em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA). Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), Conselheira da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC 2017-2021) e Coordenadora do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). E-mail: carvalhomartinscyrnthia@gmail.com.



Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre a construção da ciência a partir de uma reflexão sobre as denominadas novas epistemologias com ênfase na impossibilidade em pensar de modo linear os avanços científicos. Reflete-se criticamente sobre as noções de paradigmas, neutralidade e universalidade. A epistemologia é pensada como fora dos rígidos preceitos metodológicos. A discussão inclui referências à produção dos jornalistas.

Palavras-chave: Ciência. Epistemologia. Paradigma.

Abstract

The article presents a discussion about the construction of science starting from a reflection about new epistemology with emphasis in the impossibility of linear thinking the scientific advances. It introduces a critical reflection about the notion of paradigms, neutrality and universality. The epistemology is thought outside the rigid methodological precepts. The discussion includes references to the journalists productions.

Keywords: Science. Epistemology. Paradigms.



Introdução

O convite recebido para realização de uma palestra com o título “Outras Epistemologias”, no âmbito do IX Ciclo de Debates, organizado pelo Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação (ObEEC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), deu-se em um momento oportuno. A recente revalorização da ciência, face à pandemia da Covid-19, tem recolocado em debate temas relativos à legitimidade científica. Essa visão valorativa da ciência, no âmbito da sociedade, deparou-se, entretanto, com o predomínio de atos de estado centrados em ações aparentemente aleatórias, mas apoiadas em interesses mercadológicos. Assiste-se a um discurso valorativo de um conhecimento sistemático, e, ao mesmo tempo, à viabilização de ações institucionais que ocorrem na contramão de qualquer fundamento científico. Se, por um lado, a manutenção das vidas passou a depender da criação de uma vacina, da produção de dados sobre os índices de propagação do vírus, sequenciamento genético, levantamento sociológico da situação de vulnerabilidade das famílias, estudo das estratégias de campanhas de prevenção, dentre outros, por outro lado, têm ocorrido uma tendência à desvalorização das universidades e uma redução e/ou contingenciamento do orçamento destinado às pesquisas científicas.

O IX Ciclo de Debates, composto por uma palestra e lançamento de três livros, resultado de pesquisas desenvolvidas por professores do Departamento de Comunicação, se constitui em um desafio, face às tentativas de desmobilização da produção científica. A condição ativa das universidades públicas é revigorada com a organização desses debates e com o lançamento de trabalhos de pesquisa como os lançados nesse evento. Dentre os temas, destaca-se o referido ao trabalho escravo; às rádios como veículos de comunicação de uma comunidade e outros referidos à consolidação de redes de pesquisadores em comunicação social. O livro que trata do trabalho escravo, por exemplo, enfatizou uma análise sociológica do trabalho escravo contemporâneo, para o mapeamento das práticas comunicativas presentes nas redes de aliciamento e denúncia e a relação



entre o trabalho escravo e a mídia¹. O tema referido ao papel social das rádios deu prioridade à experiência da rádio Bacanga FM². Outros temas da comunicação social foram tratados na coletânea intitulada *Experiências Expandidas em Comunicação*. Trata-se de uma coletânea composta de autores integrantes do ObEEC (UFMA)³ e de outras instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A escolha do título da palestra, “Outras Epistemologias”, reflete uma preocupação dos profissionais da comunicação com o momento presente, marcado pela falta de financiamentos públicos, aliada à cristalização de uma visão pragmática, técnica e utilitária da ciência. Percebe-se a atualização de uma visão do conhecimento como redentor, salvador e com possibilidades de soluções a curto prazo. Recolocaram-se as contradições: depende-se e valoriza-se a ciência justamente em um momento de profundos cortes no orçamento público para financiamento das pesquisas científicas.

Desse modo, a eficácia no combate à pandemia de Covid-19 passou a ser associada a uma reivindicação da sociedade pela viabilização de uma racionalização das ações institucionais. Contudo, observa-se, aqui, que tais ações deveriam ser mediadas pelas diferentes ciências, sem uma dissociação das políticas de saúde dos processos econômicos e políticos em jogo. Entretanto, as ações institucionais desconsideram os avanços científicos, seguem investindo em modalidades e procedimentos reprodutores de desigualdades. A divulgação de noções como “a terra é plana”; a enxurrada de Fake News nos meios de comunicação; a dissociação entre o conhecimento técnico e o social; a valorização de um conhecimento centrado na empiria a toda prova vem na contramão dos avanços científicos e das próprias reivindicações de diferentes formas organizativas.

Importa dizer que, nesse sentido, os meios de comunicação estão diretamente envolvidos nessa polêmica, pois, com a hegemonia do mercado, o controle da informação passa pelo crivo das

¹ MOURA, F & CARNEIRO, M.S. Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo. São Luís: EDUFMA, 2020.

² ARAÚJO, W & SOUSA, S. Vozes do Anjos: do alto-falante à Bacanga FM. São Luís: EDUFMA: 2020.

³ CARDOSO, L. & MONTEIRO, M. *Experiências Expandidas em Comunicação. Volume II*. São Luís: EDUFMA, 2020.



possibilidades de lucro. A pretensão à destituição da elaboração de um conhecimento crítico é acompanhada de interesses ultraliberais com suas políticas de valorização do mercado e, conseqüentemente, do lucro. Mas a pergunta que se faz é: em que medida se pode falar em uma homogeneidade no campo da comunicação social? Esse questionamento conduz a uma reflexão sobre a luta existente no campo da comunicação. As pesquisas e estudos dos profissionais de comunicação oferecidas ao público no evento do qual resulta o presente artigo, vêm no sentido de pôr em xeque esses modos usuais de divulgação que se valem da realização de pesquisas acadêmicas de qualidade e, portanto, desatreladas dos interesses mercadológicos.

Uma das reflexões norteadoras deste artigo tem como cerne considerar a construção do conhecimento científico como fruto de aproximações sucessivas, com possibilidade de inclusão de uma eficácia reflexiva, sem que haja, necessariamente, uma aplicação imediata. Leva-se em conta a proposição de Bachelard, segundo a qual a construção do conhecimento se faz contra um conhecimento estabelecido, ou seja, é preciso que haja o rompimento com a experiência primeira e, em seguida, a elaboração de perguntas se coloca como uma possibilidade de romper com os denominados obstáculos epistemológicos (BACHELARD; 2010). Considerando essas proposições algumas perguntas são indispensáveis de serem feitas: é possível a demarcação de *approaches* teóricos que permitam aproximar as produções agrupadas nas chamadas novas epistemologias? É plausível demarcar procedimentos referidos a uma “nova ciência”? O conhecimento científico pode ser pensado a partir da superação sucessiva de conhecimentos? Quais as possibilidades para a construção de um conhecimento crítico e reflexivo?

Refletindo Sobre o Título da Palestra

A discussão sobre epistemologia, compreendida como a reflexão crítica sobre a própria ciência, esteve presente em distintos campos disciplinares, ocupou filósofos, sociólogos, antropólogos,



historiadores e outros. Mais recentemente, concepções segundo as quais o desafio para a produção do conhecimento centrava-se em um conjunto de métodos capazes de orientar um conhecimento neutro, válido e universal passaram a ser questionadas. E a epistemologia passou a ser pensada mais como a possibilidade de incluir na realização da pesquisa os próprios instrumentos dessas construções, ou seja, pensar através de uma reflexividade (BOURDIEU; 2002). Ademais, a visão segundo a qual é possível ordenar de modo sucessivo e a partir de uma dimensão temporal as realizações da ciência passou a ser tão questionada quanto a própria noção de neutralidade científica.

A pretensão deste artigo é desvinculada de uma reconstrução, de um levantamento das diferentes abordagens sobre a epistemologia ou mesmo de uma descrição das novas epistemologias e seus supostos avanços. Exercitar a reflexividade conduz ao estabelecimento de uma relação reflexiva com essas próprias novas ou outras epistemologias. Assim, para realizar tal procedimento, de uma desconsideração da noção de paradigma, referida à possibilidade de superação gradual de um conhecimento por outro, pretende-se realizar uma inquirição em relação ao conhecimento primeiro como fundamento da construção do conhecimento científico. Considera-se a possibilidade de elaboração de uma reflexão sobre o próprio título da palestra intitulada “Outras Epistemologias”.

Em primeiro lugar, o debate sobre a epistemologia deve ser realizado de forma autônoma em relação à categoria tempo; isto devido à impossibilidade em tomar o conhecimento, seja nas ciências sociais ou nas ciências naturais, como conduzindo a uma direção única e com superações gradativas. Observa-se, ao contrário, teorias e concepções com direcionamentos múltiplos. Presencia-se, contemporaneamente, uma atualização de concepções produzidas no passado e que convivem com concepções atuais, interagem ou rompem com elas e produzem visões consideradas válidas. Por outro lado, tem-se concepções produzidas em um período de tempo remoto e com uma atualidade inimaginável. É descontínua a produção do conhecimento.



A suspensão da categoria tempo, em se tratando de uma reflexão sobre a epistemologia, leva a repensar e questionar a noção de paradigmas (KUHN; 1997), própria à filosofia e transposta para as ciências sociais, segundo a qual uma determinada concepção sempre supera uma outra que esteja em vigor. Não se trata de ordenação linear, mas de uma análise que considere as múltiplas possibilidades de construção do conhecimento, nem sempre alinhadas a uma ruptura ou a uma progressão sucessiva.

Um dos pontos a ser considerado é justamente a clássica discussão entre as construções que priorizam o dado, o real, o empírico e aquelas que tomam o conhecimento como uma construção. O filósofo Popper (1974), adepto do método indutivo, considera a experiência como a sendo a base do conhecimento. Tal consideração, refutada por distintos autores, distingue-se da concepção segundo a qual a experiência *per se* não se constitui na base do conhecimento. Ou, como coloca o filósofo Bachelard: “diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber” (BACHELARD; 2010, p.18).

O conhecimento reflexivo considera a possibilidade de tomar para objeto a própria construção do objeto, ou, ainda, “incluir no real a representação do real” (BOURDIEU; 1998, p. 113). As próprias dicotomias, tais como a experiência/teorização, objetividade/subjetividade e teoria/prática são desconsideradas. Sobre a relação “teoria” e “prática”, a sociologia reflexiva propõe saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas (BOURDIEU; 1998, p. 20).

Sem a pretensão de remontar o debate sobre a epistemologia ou realizar um estado da arte dos autores, convém refletir sobre as designadas outras epistemologias. Desse modo, as questões a seguir perdem completamente o sentido: como é possível descrevê-las? O que as distingue das antigas? As novas epistemologias estabeleceriam um novo paradigma? Tais questões perdem completamente o sentido pois direcionam o pensamento para um pensamento substantivo, ou seja, como se as novas epistemologias já estivessem dadas no mundo social. Tais questionamentos são úteis somente para serem descartados. Portanto, a pergunta mais precisa deveria ser: até que ponto a



noção de outras epistemologias reproduz a visão de continuidade da ciência? Ou ainda: essas outras epistemologias cedem a essa força impositiva do tempo?

Passa-se, então, ao título da palestra “Outras Epistemologias”. A noção de outras remete à existência de uma diferença e anterioridade. É como se antes dessas outras epistemologias existissem esquemas interpretativos distintos, centrados em concepções superadas. O que seria esse diferente, essa distinção, das denominadas outras epistemologias em relação às demais? Seria possível elencar em que medida, tem-se, mais recentemente, uma redefinição de princípios científicos, tais como a neutralidade; um repensar da própria metodologia; o fim das dicotomias — objetivo/subjetivo, sujeito/objeto, campo/cidade, tradição/modernidade. São essas tendências que fundamentam o que se poderia chamar de a noção de outras epistemologias? As denominadas novas ou outras epistemologias seriam as concepções que passaram a considerar o conhecimento como menos aproximado de um modelo com critérios próprios de realização de uma pesquisa?

Continue-se, desse modo, com uma reflexão sobre o título da palestra: a palavra “outras” está no plural, portanto, pressupõe mais de uma forma de abordagem. Mas pergunta-se: as designadas outras são todas iguais ou há diferença entre elas? São várias outras ou somente uma outra? É possível pensá-las como inovadoras em relação a certas concepções?

Vai se pensar, por exemplo, na chamada corrente pós-modernista da antropologia (CLIFFORD; 2002); (MARCUS; 1994) e nos estudos denominados neocoloniais, decoloniais ou pós-coloniais (BHABHA; 1998; EDWARD; 2003; SPIVAK; 2010; MBEMBE; 2014), ou, ainda, na teoria interpretativista (GEERTZ; 1978). As três abordagens poderiam ser caracterizadas como novas epistemologias, isso se não existisse tal noção em suspenso. Entretanto, cada uma dessas concepções desenvolve uma abordagem própria e dentro das próprias correntes predominam diferenciações entre os autores. No caso do interpretativismo de Geertz, a interpretação primeira é atribuída àqueles que vivenciaram a situação. A interpretação do antropólogo seria de segunda ou terceira mão. Esse autor, ao se propor a



dar um significado mais preciso ao termo cultura, considera a possibilidade de tomar a cultura como um texto a ser lido (GEERTZ; 1978). Tal concepção, da cultura como texto, foi considerada relevante pelos chamados pós-modernistas, entretanto, os desdobramentos da corrente pós-moderna se distinguem da antropologia interpretativista — outros questionamentos são elaborados, dentre eles a discussão sobre a autoria do texto e a autoridade do antropólogo-pesquisador.

As teorias neocoloniais, decoloniais ou pós-coloniais, por sua vez, desenvolvem um questionamento sobre as construções universais do ocidente, interpretando as dominações atuais como meros desdobramentos daquelas exercidas no período colonial. Elaboram um questionamento em relação à universalidade da legitimidade da democracia a partir das especificidades dos países que passaram pelo colonialismo e escravidão. Entretanto, tais teorias são formadas por autores com concepções distintas, apesar da existência de pontos em comum entre eles, relacionados a uma noção de continuidade com o colonialismo.

Considerando a discussão sobre as continuidades e rupturas da produção do conhecimento e retomando a discussão sobre colonialismo, cita-se a teoria da situação colonial, elaborada por Georges Balandier (BALANDIER; 1993). Esse autor retoma a noção de situação social elaborada no âmbito do pensamento social britânico, notadamente pelos chamados africanistas⁴, e, especialmente, por Gluckman (GLUCKMAN; 1981), para questionar a omissão dos autores em relação à consideração da situação colonial, enquanto uma conjuntura particular, que impõe uma orientação aos agentes em processo de transformação. Para Balandier, os africanistas analisam o processo de transformação social sem considerar a intervenção dos colonizadores na economia monetária, os processos de escravidão ou mesmo a evangelização dos países africanos. O autor francês realiza um levantamento

⁴ Os denominados africanistas se constituem nos autores vinculados ao antropólogo britânico R. Brown, que passaram a realizar trabalho de campo na África. O livro clássico que reúne tais etnografias é intitulado "Sistemas Políticos Africanos". Eis as referências: FORTES, M & EVANS-PRITCHARD. Sistemas Políticos Africanos. Tradução Teresa Brandão. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.



sobre os autores franceses que estudaram a colonização⁵ — historiadores, economistas, administradores, sociólogos e psicólogos —, e demonstra a ausência de uma análise que enfatize o que denomina pontos de resistência (BALANDIER; 1993). Considerando as proposições de Balandier, percebe-se uma visão distinta daquela desenvolvida pelos autores ingleses vinculados a R. Brown e, por outro lado, identifica-se uma diferença entre a ideia de situação colonial e a de neocolonialismo. Esse exercício de análise das diferenciações dos autores pode ser expandido, de modo a se perceber as diferentes direções que o conhecimento pode tomar e como as teorias e noções operacionais são descontínuas, e, em certa medida, dispersas. Prevalece uma impossibilidade em situá-las em uma espécie de linha do tempo. Pensar em uma ordem linear e o conhecimento como uma sequência, como etapas, é ceder à imposição do tempo como critério de organização do pensamento. O conhecimento científico é desvinculado de qualquer um esquema sequencial.

Ao se tomar de modo provisório a noção de outras epistemologias, poderia se considerar alguns procedimentos orientando essas construções, mas é preciso pensar na especificidade de cada autor, antes mesmo de enquadrá-lo em uma determinada corrente. Essas outras ou novas visões produzem teorias distintas entre si. Os elementos assemelhados não significam que as teorias referidas a uma denominada corrente sejam assemelhadas entre si, ou que estejam uma superando a outras. A própria noção de correntes orienta um pensamento amarrado, sem condições de possibilidade de se repensar. Talvez para que se possa dar à epistemologia a possibilidade de se desnaturalizar, seria preciso pensar em uma quebra de correntes.

Os prefixos “neo”, “outro” e “pós” remetem a uma designação que se coloca além do que está posto. Ao mesmo tempo que tais prefixos ultrapassam o consolidado, remetem para algo novo, difícil de descrever, definir ou precisar. Então, nesse sentido, mesmo as novas epistemologias e as categorias

⁵ Nesses estudos, a questão colonial é assemelhada a uma questão social. O investimento está em notar possíveis identificações dos colonizados com os proletários. Os estudos que tratam da questão colonial citados não estão limitados à África, incluem os chamados “povos do oriente” e do Islão.



associadas a uma espécie de continuidade, tais como as categorias, influência, desenvolvimento e evolução (FOUCAULT; 2004, p.24), conduzem a uma reprodução monótona do conhecimento. Uma reprodução impensada, mas com a aparência de inovadora.

Há uma complexidade irreduzível a qualquer modelo e isso é que abre a possibilidade de produção de um conhecimento impossível de ser classificado como velho ou novo. Ele — o conhecimento — é atemporal e pode estar associado a outras formas de saber, não necessariamente formalizados. Não se pode deixar de lado a percepção das arbitrariedades presentes nas formas de classificações.

As diferentes possibilidades de construção do conhecimento

Quando se refere, aqui, às diferentes possibilidades de construção do conhecimento, não se pretende retirar dessas construções o seu rigor, deixando-as livres de qualquer procedimento. Intenta-se, então, pensar a arbitrariedade de todas as formas de classificações e, desse modo, produzir fora dos ditames vinculados às instâncias de produção da legitimidade, notadamente o mercado e o Estado. O desafio leva a repensar a plena veracidade e, ademais, participar da disputa pela classificação do real.

As dificuldades certamente se multiplicam em ritmo geométrico — aos profissionais de distintas formações, incluindo aqueles com pretensões de produção científica ou com a responsabilidade, própria dos jornalistas, de narrar os fatos como se fossem a realidade — e, portanto, recolocando o valor da epistemologia. A epistemologia deve ser pensada como uma condição de possibilidade de vigilância permanente com a produção e os instrumentos dessa produção. Exercitar a vigilância na prática científica exige o rompimento com as pré-noções, as evidências e inclusive com aquelas consideradas legítimas; com as sancionadas pelo poder de legitimidade do Estado. A epistemologia independe de uma metodologia de catálogo com seus rígidos preceitos (BOURDIEU; 1998, p. 24).



A representação legítima do mundo social, objetivada nas construções orientadoras da chamada vida em sociedade passam, certamente, por interesses vinculados ao mercado e consolidados através dos atos de estado. Sobre essa legitimidade do Estado e do mercado, transcreve-se a seguir um excerto no qual o autor alerta para a dificuldade em pensar o Estado e o risco em aplicar ao Estado um pensamento de Estado. Destaca o poder de convencimento do Estado, expresso pela dimensão simbólica da sua dominação:

O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de um certo número de fenômenos — diplomas escolares, títulos profissionais ou calendários. (BOURDIEU; 2014, p. 38).

Bourdieu, no trecho transcrito abaixo, explicita a mudança ocorrida em relação à visão construída sobre o sucesso comercial, visto como suspeito, em um primeiro momento e, depois, servindo de parâmetro para a legitimidade.

Há apenas uns trinta anos, e isso desde meados do século XIX, desde Baudelaire, Flaubert etc., no círculo dos escritores de vanguarda, dos escritores para escritores, reconhecido pelos escritores, ou, da mesma maneira, entre os artistas reconhecidos pelos artistas, o sucesso comercial imediato era suspeito: via-se nele um sinal de comprometimento com o século, com o dinheiro. Ao passo que hoje, cada vez mais, o mercado é reconhecido como instância legítima de legitimação. Vemo-lo em bons termos com essa outra instituição recente que é a lista de best-sellers (BOURDIEU; 1997, p. 37)

A lógica do mercado invade as formas de produção — as acadêmicas, artísticas e jornalísticas — seja a partir do oferecimento de financiamentos à pesquisa ou patrocínios das empresas ou, no caso dos jornalistas, a partir de noção como audiência, da produção dos best-sellers e outros. O que se está denominando de rigor, vigilância e procedimentos tem uma relação maior com o questionamento dessas “formas de adesão” do cientista ou do jornalista que, propriamente, com uma rigidez de procedimentos ou com as amarras metodológicas.



A produção científica precisa desconsiderar os próprios limites disciplinares e uma das prerrogativas a ser ressaltada sustenta-se em pensar todas essas manifestações do pensamento humano como arbitrárias, pensá-las fora dos seus próprios limites; exercitar o não delineamento que a própria ciência propõe ao definir especialidades. É preciso estabelecer uma nova relação entre o “pensamento” e o “tempo”: questionar a urgência burocrática imposta à administração universitária ou mesmo a imposição aos professores/pesquisadores da posição de burocratas e administradores e, do mesmo modo, a exigência de um índice de audiência, ditadas pelos órgãos de imprensa — permitindo a elaboração de um pensamento pensante, questionador, com elementos de ruptura. (BOURDIEU; 1997, p. 41).

É preciso reconsiderar no campo acadêmico os diferentes saberes, inclusive os não institucionalizados — os informais, os orais, os saberes práticos e silenciados; aqueles que se produzem fora do Estado — e usualmente considerados ilegítimos, subalternos. Como pensar a própria categoria intelectual em um momento de emergência de novos modos de percepção construídos fora das academias? Em algumas situações, nos próprios processos de luta? Por que tomar como intelectuais somente aqueles que passam pelo ritual acadêmico?

Caso se ditasse, aqui, no âmbito deste artigo, uma regra de produção acadêmica, todo o esforço em pensar criticamente as denominadas outras epistemologias cairia por terra. Deve-se falar em termos de dificuldades e desafios. E um dos desafios atuais é produzir uma descrição múltipla centrada em um exercício reflexivo, e sem vínculo de fidelidade a uma metodologia definida.

No que se refere ao estudo dos denominados povos e comunidades tradicionais, apresenta-se uma reflexão sobre a prática do projeto Nova Cartografia Social e a noção de uma descrição múltipla, que considera as distintas formas de expressão de tais grupos, incluindo suas formas organizativas e sua definição e autodefinição. Veja-se um excerto explicativo da prática da descrição múltipla:



Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuíram à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos (FARIAS JÚNIOR: 2013; ALMEIDA; 2018).

Uma das situações de pesquisa nas quais os intelectuais locais têm uma autonomia nas suas descrições pode ser exemplificada a partir das coleções Narrativas Quilombolas, Narrativas das Quebradeiras de Coco Babaçu e Narrativas Indígenas⁶. Nessas coleções, os agentes sociais descrevem, a partir de sua ordem própria de elaboração dos discursos, aspectos relacionados à sua trajetória de vida — que, diferente da autobiografia, traz uma dimensão coletiva. Descrevem as reivindicações relacionadas aos direitos étnicos; suas representações sobre a territorialidade; suas poesias — compreendidas como um campo expandido de percepções; suas falas em eventos, dentre outras modalidades de expressão e percepção.

Poder-se-ia aludir às experiências dos Museus Vivos e Centros de Saberes construídos na Amazônia a partir da organização dos quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e pescadores. Tais Museus Vivos e Centros de Saberes, construídos a partir de iniciativas das próprias famílias, reúnem artefatos, narrativas e fotografias relacionados à história coletiva dos grupos sociais⁷.

Nas experiências de construção dos Museus Vivos e Centros de Saberes, a noção de patrimonialização ou de coleção é elidida em favor de uma forma de classificação elaborada pelos agentes sociais. Artefatos do passado têm um significado à luta do presente, à defesa em relação aos direitos étnicos reivindicados como legítimos.

⁶ Tais coleções, de autoria dos próprios quilombolas, quebradeiras de coco e indígenas, trazem as suas narrativas, construídas em processos de luta. Atualmente as Coleções têm sido publicadas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

⁷ O livro de referência de tais experiências é o seguinte: ALMEIDA, Alfredo W. B. de; OLIVEIRA, Murana Arenillas (Orgs.). Museus indígenas e quilombolas: centro de ciências e saberes. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.



Precisa-se construir uma percepção ou mesmo compartilhar de percepções daqueles que estão fora do que está instituído. O desafio é desconstruir as categorias estatais e produzir a partir de uma autonomia centrada em uma desnaturalização e na construção de uma percepção não oficial do mundo social. Destaca-se a força das experiências autônomas alicerçadas fora dos ditames institucionais e com um questionamento profundo da aparente legitimidade conferida pelo poder instituído.

A produção de um conhecimento autônomo — no sentido de engajado (BOURDIEU; 2001) — pressupõe um investimento nas universidades públicas e nas pesquisas desenvolvidas no âmbito destas instituições. A garantia da legitimidade do conhecimento — em detrimento da legitimidade do Estado ou do mercado — se constitui em uma possibilidade de elidir as contradições às quais o conhecimento sistemático se encontra. A legitimidade do conhecimento defendida pela sociedade, em oposição aos Atos de Estado aparentemente desinteressados, pode ser viabilizada a partir de uma “luta pela definição do real” e não com referência ao apego a uma realidade, fruto de construções.

Considerações finais

Na construção deste conhecimento expandido, a percepção deve ser conduzida a um campo aberto de possibilidades, um mar aberto, mas que deve ser navegado — e que se possa vislumbrar uma terra firme. Nem que seja para chegar a essa terra em busca de uma outra. Para tanto, deve-se ter em vista procedimentos de pesquisa graduais com a possibilidade de serem revistos de acordo com o andamento do trabalho.

Não se trata somente de aproximar as formas de conhecimento, de perceber aspectos da arte nas ciências ou das ciências nos saberes — até porque os saberes são ciência —, mas de compreender que se tratam de formas de classificações do mundo social. Não se pode separar rigidamente o “modo de olhar poético” do que poderia denominar de modo de olhar científico. O olhar poético pode ser especulativo e os procedimentos científicos podem ser poéticos. Ou, pode-se desfazer essa própria



separação entre o que é científico e o que é poético e construir a possibilidade de concebê-los como uma classificação arbitrária.

Tome-se como exemplo possível da inseparabilidade do conhecimento poético do científico o trabalho de Derek Walcott, poeta, prêmio Nobel de literatura no ano de 1992, da Ilha Santa Lucia, entre Martinica e São Vicente. Em certo excerto do seu livro “Omero” — escrito em referência à obra de Homero, mas invertendo as personagens, colocando-as como negros, na condição de colonizados —, Derek Walcott traz o seguinte para falar da construção da nação: “O mapa do céu se fragmentava em nações que fragmentavam as vivências”, (WALCOTT; 1994, p. 69). Está colocada nessa linguagem poética algo reflexivo. O mapa do céu significa que o próprio mapa pode ser uma imensidão arbitrária, e que as nações remetem à construção de fronteiras, de limites, tomados como reais e que fragmentam as vivências. O que quer dizer é que a linguagem poética pode não ser dissonante em relação às concepções científicas. Na poesia de Derek Walcott, encontram-se metáforas que remetem a noções de território e dominação colonial.

A relevância da discussão deste artigo para os profissionais da comunicação está justamente na possibilidade de um repensar da neutralidade e da verdade dos fatos. Esses fatos são construídos — o próprio jornalista é um artifice dessa edificação. O fato de esses profissionais produzirem um conhecimento que tem uma repercussão social aumenta a própria responsabilidade. O desafio está posto e certamente os profissionais da comunicação já o enfrentam através da produção de pesquisas acadêmicas e de produções jornalísticas centradas no chamado jornalismo científico. A realização do evento, motivo da redação deste artigo, vem reforçar a proposta de pensar as contradições colocadas ao pensamento científico, principalmente no atual momento, em que fenece a vida em prol de interesses individuais projetados por uma política ultraliberal.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de; OLIVEIRA, M. A. (Org). **Museus indígenas e quilombolas: centro de ciências e**



saberes. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.

ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. A. (Org). **Povos e Comunidades Tradicionais: nova cartografia social.** Manaus: UEA Edições, 2013.

ARAÚJO, W; SOUSA, S. **Vozes do Anjos: do alto-falante à Bacanga FM, São Luís.** São Luís: EDUFMA, 2020.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.

BALANDIER, G. A noção de situação colonial. In: **Cadernos de campo.** N° 3, São Paulo, 1993.

BHABHA, H..K. **O local da cultura.** Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado:** Cursos no Còllege de France (1989-92). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. Por um conhecimento engajado. In: **Contrafogos 2:** por um movimento social europeu. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa: Ed. DIFEL, 1998.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão. A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos.** Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

CARDOSO, L. & MONTEIRO, M. **Experiências Expandidas em Comunicação.** Volume II. São Luís; EDUFMA: 2020.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

EDWARD W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2003.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 Ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GEERTZ, C. **Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1978.

GLUCKMAN, M. O reino Zulu na África do Sul. FORTES, M & EVANS-PRITCHARD. In: **Sistemas Políticos Africanos.** Tradução Teresa Brandão,.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A, 1997.

MACHADO AIRES, M N. **Nice Guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta.** VALLE, C; MARTINS, C; NUNES P. (Org.). Coleção Narrativas Quilombolas. Rio de Janeiro: Ed Casa 8, 2016.

MARCUS, G. O que vem logo depois do "pós": o caso da etnografia. **Revista de Antropologia.** n. 37, p. 7-34, 1994.

MARTINS, C. C. O longínquo em nós. In: **La Revista de La Pátria Grande.** Rio de Janeiro: Ed. Nova América. 2019.

MBEMBE, A. Raça e descolonização do saber MBEMBE, Achille. In: **da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada.** Luanda, Angola: Ed. Mulemba, 2014.

MOURA, F & CARNEIRO, M.S. **Trabalho escravo, políticas públicas e práticas comunicativas no Maranhão contemporâneo.** São Luís: EDUFMA: 2021.



PADILHA, E. **Resistência e fé: o “Cabeça:” narrativas de um quilombola.** SANTOS, Dorival dos (org.). Coleção Narrativas Quilombolas. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8, 2016.

POPPER, K. R. – **A Lógica da Pesquisa Científica.** Tradução de Leônidas Hegenberg & Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.

Nunes, Patrícia Maria Portela. **Medicina, poder e produção intelectual:** uma análise sociológica da medicina no Maranhão. São Luís: Edições UFMA/PROIN/CS, 2000.

SILVA NETA. Maria Querobina da. **Sou uma mulher praticamente livre.** ALMEIDA, A.W. (org). Coleção Narrativas das Quebradeiras de Coco Babaçu. Rio de Janeiro: Ed Casa 8, 2018.

SPIVAK, C. G.. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

WALCOTT, D. **Omeros.** Prefácio e Tradução Paulo Vizoli, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2019.